

O TRABALHO ENQUANTO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO CAMPO

WORK AS AN EDUCATIONAL PRINCIPLE IN THE FIELD

EL TRABAJO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO EN EL CAMPO

Denise Martins Bloise

Doutora em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social pela UFRJ, Professora - UNINTER,

Professora - Universidade Celso Lisboa e IBH. E-mail: denisebloise@gmail.com

RESUMO

O presente estudo objetiva analisar o princípio educativo contido na categoria do trabalho, correlacionando com dois grupos de agricultores familiares, residentes na Região de Natividade no Estado do Rio de Janeiro, e na Região do Brejal, em Petrópolis, RJ. Pretendemos investigar as modificações ocorridas no mundo do trabalho, com ênfase nas análises de Lukács, Organista, Antunes e Marx. Buscamos refletir sobre o trabalho desenvolvido por esses dois grupos de agricultores, estabelecendo um paralelo entre eles e averiguando sua característica camponesa. Concluímos que, ao se relacionar com a natureza, o homem se modifica, ao mesmo tempo que modifica a própria natureza. Essa transformação ocorre através do trabalho que o homem executa, segundo a visão marxista do trabalho considerado como princípio educativo, mote da nossa pesquisa. No caso dos grupos estudados, agricultores familiares de base camponesa, trata-se de um trabalho que o homem imprime sobre a terra, extraindo dela sua sobrevivência. Esses agricultores trabalham com práticas agroecológicas, constituindo-se como organismos não só de produção, mas organismos sociais, que comprovam o caráter educativo do trabalho. Foi realizada uma pesquisa bibliográfica e uma pesquisa de campo.

Palavras-chave: Trabalho; Educação; Campo.

ABSTRACT

The present study aims to analyze the educational principle contained in the work category, correlating with two groups of family farmers residing in the Nativity Region in the State of Rio de Janeiro and in the Brejal Region in Petrópolis, RJ. We intend to investigate the changes occurring in the world of work, with emphasis on the analyzes of Lukács, Organista, Antunes and Marx. We seek to reflect on the work developed by these two groups of farmers, establishing a parallel between them and ascertaining their peasant characteristic. We conclude that, in relating to nature, man changes, at the same time that he modifies nature itself. This transformation occurs through the work that man performs according to the Marxist vision of work as an

educational principle, the motto of our research. In the case of the groups studied, peasant-based family farmers, this is a work that the man prints on the earth, extracting from it his survival. These farmers work with agro-ecological practices, constituting themselves as organisms not only of production, but social organisms, which prove the educational character of the work. A bibliographical research and a field research were carried out.

Keywords: Work; Education; Field.

RESUMEN

El presente estudio tiene como objetivo analizar el principio educativo contenido en la categoría de trabajo, en correlación con dos grupos de agricultores familiares que residen en la Región de la Natividad en el Estado de Río de Janeiro y en la Región de Brejal en Petrópolis, RJ. Pretendemos investigar los cambios que ocurren en el mundo del trabajo, con énfasis en los análisis de Lukács, Organista, Antunes y Marx. Buscamos reflexionar sobre el trabajo desarrollado por estos dos grupos de agricultores, estableciendo un paralelo entre ellos y determinando su característica campesina. Concluimos que, en relación con la naturaleza, el hombre cambia, al mismo tiempo que modifica la naturaleza misma. Esta transformación se produce a través del trabajo que el hombre realiza de acuerdo con la visión marxista del trabajo como un principio educativo, el lema de nuestra investigación. En el caso de los grupos estudiados, agricultores familiares basados en campesinos, esta es una obra que el hombre imprime en la tierra, extrayendo de ella su supervivencia. Estos agricultores trabajan con prácticas agroecológicas, constituyéndose como organismos no solo de producción, sino de organismos sociales, que demuestran el carácter educativo del trabajo. Se realizó una investigación bibliográfica y una investigación de campo.

Palabras clave: Trabajo; Educación; El campo.

INTRODUÇÃO

Este estudo é fruto da necessidade de pensar a dimensão educativa do trabalho, relacionando-a com o movimento que acontece no campo, na produção orgânica dos alimentos.

Tivemos oportunidade de trabalhar com dois grupos de agricultores familiares no Estado do Rio de Janeiro. O primeiro grupo, analisado durante a Especialização em Educação Ambiental na UCAM/JBRJ, constituía-se de pequenos agricultores familiares dispersos em várias pequenas fazendas e vivia o processo de transição da agricultura convencional para a agricultura orgânica, em Natividade, noroeste do Estado. O segundo grupo, inves-

tigado durante o Mestrado em Educação na UERJ e o Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social na UFRJ, constituía-se de agricultores familiares de base camponesa que já trabalhavam há muito tempo com agricultura orgânica, na região do Brejal, no Distrito da Posse, em Petrópolis, RJ, mas especificamente, na Fazenda Pedras Altas, a primeira grande área de produção orgânica do Estado. Correlacionamos os conceitos estudados com o trabalho desenvolvido por esses grupos de agricultores.

A pesquisa permitiu pensar e discutir esta questão do trabalho e como ele se relaciona com a educação. Buscamos compreender qual é essa dimensão educativa do trabalho e como ela acontece. O objetivo foi refletir sobre essas questões, buscando uma relação com a terra e com o trabalho dentro de um mundo socialmente mais justo.

Na segunda seção tecemos considerações sobre a categoria do trabalho. Na terceira seção exploramos o princípio educativo contido no conceito do trabalho. Partimos das discussões teóricas levantadas por Lukács, Organista, Antunes e Marx. Na quarta seção apresentamos o trabalho desenvolvido no campo pelos agricultores familiares de Natividade (RJ) e do Brejal (RJ), estabelecendo a relação com os conceitos apresentados sobre o trabalho e seu princípio educativo. Na quinta seção apresentamos as conclusões sobre a pesquisa desenvolvida.

Considerações sobre o trabalho

O mundo do trabalho vem passando por transformações expressivas ao longo das últimas décadas, transformações essas que suscitaram questões acerca do trabalho em si e enquanto categoria de análise. Novas relações sociais são estabelecidas e as dinâmicas do processo produtivo sofrem modificações. Percebe-se a diminuição do emprego estável e assalariado e o aumento do desemprego e do trabalho precário, como prenúncio do fim de uma utopia de crescimento, aponta Organista (2006). Apesar da fragmentação e da complexidade, e de todas as diferenças existentes, ainda podemos apontar o trabalho como categoria estrutural para entender a sociedade contemporânea.

Antunes (1999) reconhece a existência de uma fragmentação, uma heterogenei-

dade e uma complexidade no mundo do trabalho, que nos leva a perceber a precarização não só nas formas de trabalho como também nas relações no trabalho e nas próprias condições do trabalho. Este, porém, é um movimento complexo que necessita de mediações outras capazes de nos auxiliar na compreensão desta intrincada dinâmica entre o trabalho e a reprodução social.

As transformações que acontecem no mundo do trabalho vão além do próprio trabalho, abarcando a totalidade das relações sociais, sinalizando que a falta de trabalho produz desemprego, angústias, incertezas e desesperanças. O papel do trabalho ultrapassa a questão da sobrevivência, sendo um modelo de reconhecimento mútuo, o que significa que “é também pelo trabalho que os sujeitos se reconhecem como agentes sociais moralmente aceitáveis.” (ORGANISTA, 2006, p.20). O trabalho, mesmo precário, ocupa uma posição estruturante na vida dos trabalhadores, como se percebe em suas próprias falas.

Essa precarização, segundo Organista (2006), vai além de uma tendência, configurando-se como uma realidade nas atividades dos que atuam por meio de relações informais de trabalho, seja na informalidade moderna – terceirizados, subcontratados, cooperativados, consultores, etc. – seja na baixa informalidade – camelôs, biscateiros, etc.

Na falta do trabalho formal (de carteira assinada), o trabalho informal é capaz de manter o trabalhador vivo, dando-lhe, além da sobrevivência física, dignidade. As questões ligadas à moral, direito, justiça, se fundam no trabalho e o ultrapassam, atingindo a totalidade social. É preciso ter em mente que o capital tem feito uso com frequência do trabalho precário, subcontratado, cooperativado, terceirizado, a fim de flexibilizar as regulamentações e recompor sua taxa de lucro, como explica Organista (2006). Porém, na falta de uma participação no mercado formal, com perspectiva de carreira e aposentadoria, o trabalho, ainda que precário e informal, fortalece a condição de ser trabalhador. O capital precisa encontrar soluções para o ordenamento social, comprovando a centralidade do trabalho para a compreensão da sociedade contemporânea.

Organista (2006) debate as ideias de Lukács, expressas na obra “Para uma Ontologia do Ser Social”, quando este deixa clara a relação dialética existente entre o mundo dos homens e a natureza. O mundo dos homens se diferencia da natureza, uma vez que tem

por base atos teleologicamente postos; já a natureza possui uma causalidade dada. Todavia, o ser social somente se constitui ontologicamente diferente da natureza na medida em que desenvolve nexos complexos de articulação com o mundo natural. E a categoria que vai fazer esta mediação entre o ser social e a natureza é exatamente a de trabalho, convertendo causalidade dada em causalidade posta.

É a categoria do trabalho que possibilita a existência social. Assim sendo, o trabalho, enquanto intercâmbio orgânico com a natureza, constitui e é constituído pelas relações sociais entre os homens. A centralidade da categoria trabalho apontada por Lukács (2012) desvela uma diferença essencial entre o trabalho enquanto intercâmbio orgânico e para sempre inalienável do homem com a natureza, e o trabalho abstrato que produz a mais-valia, forma histórica de exploração do homem pelo homem. Dentro dessa visão, a sociedade não existe sem trabalho.

O primeiro ato histórico do homem é o de produzir seus meios de vida. É através do trabalho que o homem alcança a produção e reprodução de sua vida, tanto material quanto social: ao trabalhar o homem atua sobre a natureza, suprimindo barreiras e criando objetos idealizados anteriormente como resposta às exigências da realidade. As relações sociais estabelecem necessidades que exigem respostas, às quais são fornecidas pelas atividades que o trabalho apresenta, enquanto mediador homem (sociedade) e natureza.

Portanto, o agir do homem fornece respostas às necessidades do mundo objetivo, constituído por uma prévia-ideação, ou seja, uma posição teleológica, que por sua vez movimenta os meios indispensáveis para a transformação do real. Porém, a natureza é regida por leis próprias, e apresenta causalidades que o homem não tem o poder de suprimir, mas apenas de transformar – o que significa que o ser-em-si das coisas (a natureza) não pode se transformar em algo diferente de suas propriedades imanentes. O homem precisa conhecer a propriedade natural do elemento para dar uma finalidade diferente daquela para a qual ele (elemento) existe.

Existe uma relação dialética entre o homem e a natureza – o homem ao agir sobre a natureza, transformando-a, muda ao mesmo tempo a sua própria natureza.

Há uma relação dialética entre dominação e dependência, entre o homem que,

no pôr teleológico, age transformando a natureza, mas que também por ela é transformado, posto que precisa conhecê-la para pôr causalidades. (ORGANISTA, 2006, p.137).

Antunes (2007) discorre sobre as questões relativas ao mundo do trabalho, abordando as transformações que se deram a partir do último quartel do século XX. As mudanças que ocorreram nos países capitalistas avançados provocaram mutações na materialidade e na subjetividade do ser social. Nessas transformações ganham destaque o enorme avanço tecnológico, a automação, a robótica e a microeletrônica, que invadiram o mundo das fábricas.

O trabalho, visto como produtor de valores de uso (sentido mais genérico e abstrato), “é a expressão de uma relação metabólica entre o ser social e a natureza.” (ANTUNES, 2007, p.139).

A dimensão educativa do trabalho

Questões se colocam quando abordamos a dimensão educativa do trabalho. Como pensar o princípio educativo em um trabalho que é explorado, repetitivo, precário, mal remunerado, vigiado, e acontece na maioria das vezes em situações de não escolha?

Pensar a dimensão educativa do trabalho é identificar a sua função didático-pedagógica, do aprender fazendo, e ir além, atingindo sua dimensão mais profunda, de ordem ontológica (inerente ao ser) e, conseqüentemente, ético-política (trabalho como direito e como dever), afirmam Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014). É nesta compreensão ontológica ou “ontocriativa” (como conceituam os autores citados) do trabalho que está o centro do entendimento do trabalho como princípio educativo.

Frigotto, Ciavatta e Ramos (2014) levantam uma questão muito interessante a respeito da dimensão educativa do trabalho, que se refere à possibilidade do trabalho ser ou não educativo, dependendo das condições em que ocorre. Por exemplo, quando esse trabalho se dá em condições de exploração, deixaria de ser uma atividade formativa, de construção do homem. Os autores chamam de princípio educativo negativo, alienante e deformador, mostrando que o capitalismo educa para atingir seus objetivos de disciplina,

subordinação e produtividade.

Essa questão do trabalho pode ser examinada sob dois ângulos, segundo Marx (1987): positivo – o trabalho como criação e reprodução da vida humana; e negativo – o trabalho alienado sob a supremacia do capitalismo. Marx (1987), porém, chama a atenção para o fato de que, ainda que sob o domínio do capital, permanece o trabalho apresentando uma dimensão educativa, embora difícil de ser percebida, que é a própria luta histórica da classe trabalhadora para superar tal trabalho alienante. Concordamos com a visão marxiana de que a situação alienante, de exploração do trabalho, tem sua dimensão educativa e libertadora. Souza Junior (2010) aponta a atualidade das ideias de Marx ao identificar o princípio educativo presente no trabalho, que não é, de forma alguma, um simples processo de produção de mercadorias:

Marx percebeu que as classes trabalhadoras viviam objetivamente em condições de miséria física e moral, mas que mesmo aí a experiência do trabalho poderia favorecer o desenvolvimento de qualidades de sociabilidade diferentes e superiores. Marx e Engels sistematizaram uma teoria sobre as contradições do trabalho dentro das relações capitalistas capaz de demonstrar o quanto da experiência de trabalho - por maior que fosse o embrutecimento por ela causado - se podem extrair ricos elementos para a formação/educação dos trabalhadores (SOUZA JUNIOR, 2010, p.2).

Precisamos proceder a uma análise crítica das relações concretas de trabalho a que todos nós, trabalhadores, estamos submetidos, sejamos adultos, jovens ou crianças.

Há uma vinculação do trabalho à forma própria de ser dos seres humanos. O homem é parte da natureza e dela depende para reproduzir a vida – é através do trabalho que o homem transforma a natureza em meio de sobrevivência. Portanto, é fundamental e educativo socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso. O homem produz e reproduz sua sobrevivência através do trabalho na interação com a natureza, onde ambos se transformam.

Estamos pensando a dimensão educativa do trabalho; portanto, precisamos pensar também a relação do trabalho com a educação, quer entre os adultos, quer entre as crianças e adolescentes (trabalho precoce). Ou seja, entre todos os que se educam através do

trabalho.

As reflexões de Lukács (2012) nos abrem possibilidades de refletir sobre a questão do trabalho e suas propriedades educativas, positivas e/ou negativas. O trabalho é categoria fundante e constituinte do ser social, é inerente ao próprio homem, cujo processo de conscientização ocorre através do trabalho, através da ação do homem sobre a natureza. Visto por este prisma, o trabalho não é emprego, não é simplesmente uma forma histórica do trabalho em sociedade, mas sim a atividade crucial através da qual o homem se forma, adquire conhecimento, cresce e se humaniza. O trabalho faz aflorar um novo homem, fruto de uma nova concepção de história.

O trabalho surge no cerne da luta pela sobrevivência e, posteriormente, todos os seus momentos provêm da autoatividade do homem. A essência ontológica do trabalho revela uma característica claramente de intermediação, uma vez que ele opera uma inter-relação entre o homem (sociedade) e a natureza, inorgânica e orgânica, marcando a transição, no homem que trabalha, do ser puramente biológico ao ser social.

O trabalho provoca um processo pedagógico no homem enquanto ser genérico e enquanto ser social. O trabalho é a ação do homem sobre o mundo natural, ação guiada de forma consciente e realizada junto com outros homens e mediada pela linguagem. É através do trabalho que o homem aprende a ser e a transitar pelo mundo. Lembremos que, de acordo com as ideias marxianas, qualquer trabalho, mesmo aquele que acontece nas condições mais humilhantes e degradantes, é passível de se tornar uma riquíssima prática social educativa repleta de possibilidades altamente transformadoras. E para Marx, as próprias contradições do trabalho oferecem a oportunidade de superar a sociedade do capital.

O princípio educativo do trabalho assume três caminhos distintos, mas inter-relacionados, segundo Saviani (2008). O primeiro sentido apresenta a forma de ser da educação em seu conjunto, de acordo com o nível de desenvolvimento social atingido historicamente – cada modo de produção possui um modo diferente de educar. O segundo sentido apresenta exigências determinadas para o processo educativo preencher em função do papel que cada um desempenha no trabalho socialmente produtivo. E o terceiro sentido distingue uma modalidade específica e diferenciada de trabalho, que é o trabalho pedagógico.

A educação tecnológica ou politécnica corresponde ao segundo nível de compreensão do trabalho como princípio educativo apresentado pelo autor - educação básica, em suas diferentes etapas, que deve explicitar o modo como o saber se relaciona com o processo de trabalho, convertendo-se em força produtiva.

O trabalho pode ser identificado como princípio educativo tanto na perspectiva do capital quanto na do trabalhador, o que demanda clareza e criticidade nas análises.

Isso exige que se distinga criticamente o trabalho humano em si, por meio do qual o homem transforma a natureza e se relaciona com os outros homens para a produção de sua própria existência - portanto, como categoria ontológica da práxis humana -, do trabalho assalariado, forma específica da produção da existência humana sob o capitalismo, portanto, como categoria econômica da práxis produtiva (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2014).

O trabalho no campo

Os agricultores familiares de natividade, RJ

Natividade é um dos treze municípios que compõem o noroeste fluminense. É um município pobre, com uma área de 387 km², tem o menor IDH do Estado. É um município agrário. Tem 14.930 habitantes e a população vem decrescendo. Natividade vem sofrendo terrivelmente com o êxodo rural, com a seca, a desertificação e o descaso do poder público. A região não é reconhecida como município agrário, embora viva da agricultura de subsistência e da pecuária de corte e leite.

Há algum tempo em Natividade, em função da situação socioeconômica e política que se configurou, vêm ocorrendo processos de sensibilização com os agricultores familiares, que buscam alternativas de produção para sair da situação de isolamento em que se encontram. Eles estão buscando melhoria da qualidade de vida e geração de renda, e perceberam que precisam se organizar para atingir seus objetivos.

A situação de Natividade expressa com clareza as transformações que vêm ocorrendo no universo do trabalho, que envolvem não só a questão econômica mas a questão social. O homem busca criar seu sustento e os agricultores de Natividade buscam retirar esse sustento da terra, do trabalho com a terra.

Conversamos com diversos agricultores familiares de Natividade, após levantamento feito no Sindicato Rural de Agricultores de Natividade e Varre-Sai. Conversamos também com os Secretários de Agricultura, Defesa Civil e Meio Ambiente e com funcionários da secretaria e com o vice-prefeito. Infelizmente não foi possível uma entrevista com o prefeito. Nossa intenção era descobrir qual a relação dos agricultores familiares de Natividade com o alimento orgânico. Identificamos categorias nas respostas dos agricultores que nos ajudaram a entender suas motivações. Percebemos desconexões entre o entendimento dos agricultores e o do poder público, e dentro do próprio poder público constatamos visões e orientações divergentes.

Trabalhamos basicamente com Pesquisa de Campo, realizando observações, entrevistas semi-estruturadas e colóquios informais. Foram analisados os conceitos de educação ambiental, agricultura familiar e agricultura orgânica. O objetivo dos instrumentos utilizados é aferir a realidade da agricultura familiar e orgânica no Município, conhecendo a relação dos agricultores familiares com o alimento orgânico, descobrindo se fazem plantio orgânico ou não e por quê. De acordo com a classificação de Ander-Egg (apud LAKATOS e MARCONI, 1991) realizamos observações assistemáticas e sistemáticas, em equipe, pretendendo identificar as diferentes categorias nas quais se encontram os agricultores na sua relação com as práticas orgânicas e entender as motivações que impulsionam essas escolhas.

Existe, por parte dos agricultores familiares, um desejo de aprender a produzir orgânicos. Inclusive, muitos agricultores já produzem parte de seus alimentos sem usar agrotóxicos. Os agricultores familiares de Natividade estão vendo a agricultura orgânica como uma alternativa para saírem da situação de isolamento em que se encontram, uma solução para aumentarem sua renda e melhorarem a qualidade de suas vidas. É perceptível a necessidade de uma formação para esses agricultores no sentido ensinar a agricultura orgânica. Muitos falam textualmente que querem fazer um curso para aprender a plantar orgânicos.

Fica muito evidente também a necessidade desses agricultores de se organizarem para reivindicar coletivamente suas demandas e buscarem formas melhores de vida. Um dos agricultores, que vem se configurando como uma liderança natural, já tem exata noção dessa questão, tanto que vem buscando sensibilizar os agricultores familiares da região há

algum tempo e vem lutando para organizar o grupo, buscando formas de atuar coletivamente.

Percebe-se de forma nítida a função didático-pedagógica do trabalho no processo que está ocorrendo com esse grupo de agricultores de Natividade, notadamente no momento em que buscam coletivamente uma solução para o seu sustento e no momento em que percebem que através de sua organização enquanto grupo social alcançarão as respostas que procuram. Esse grupo percebeu que precisa aprender novas formas de plantio, que precisa acompanhar as mudanças que ocorrem na sociedade, na economia, no mundo do trabalho e que a sua organização é fundamental para o sucesso do seu empreendimento.

Os agricultores familiares do brejal, RJ

No final da década de 70, surge no Estado do Rio de Janeiro uma cooperativa mista de produtores e consumidores de alimentos naturais e orgânicos, a Associação Harmonia Ambiental Coonatura, que dá início ao processo de organização de um grupo de agricultores que mora e desenvolve suas atividades agrícolas na região conhecida como Brejal, localizada no bairro da Posse, um distrito de Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro. O foco de nossa investigação é um grupo de sete famílias que moram na Fazenda Pedras Altas, localizada no Vale dos Albertos, uma microrregião do Brejal. Essas sete famílias, que fazem parte das vinte e duas famílias remanescentes da Coonatura, derivam, efetivamente, das três famílias axiais residentes na fazenda há mais de trinta anos. A Fazenda Pedras Altas é a área com maior volume de produção orgânica da região e foi a primeira grande área de produção orgânica do Estado do Rio de Janeiro.

Neste caso, trabalhamos com pesquisa qualitativa, realizando um estudo de caso – como e a partir de que motivações se deu o processo de organização dos agricultores da Fazenda Pedras Altas, no Brejal, Petrópolis, RJ. Adotamos a estratégia participante com pesquisa de campo, que se constituiu em diversas etapas. Realizamos seis viagens ao Brejal para proceder a entrevistas e para participar de reuniões do grupo. Participamos de quatro reuniões do Sistema Participativo de Garantia (SPG) do grupo de Petrópolis, ao qual os agricultores da Fazenda Pedras Altas pertencem. Nessas reuniões atuamos como observadores, explicitando sempre ao grupo do SPG nosso objetivo. Participamos nessas oportuni-

dades de colóquios informais, além de realizarmos algumas entrevistas. Nas outras viagens ao Brejal, que aconteceram em janeiro de 2010 e posteriormente em fevereiro de 2013, realizamos entrevistas com as famílias residentes na fazenda e também colóquios informais. Tivemos a oportunidade de visitar a fazenda, observando o processo de produção do grupo *in loco*. Visitamos algumas das feiras de que o grupo participa no Rio de Janeiro, e procedemos a colóquios informais e algumas entrevistas.

Os agricultores do Brejal que se organizaram em torno da Coonatura começaram este processo em função da busca de um alimento mais saudável, um alimento sem venenos, a partir da agroecologia. São homens e mulheres que vivem na terra e retiram seu sustento da terra; são, portanto, segundo Gonzalez de Molina e Sevilla Guzmán (1993), e Ploeg (2008), agricultores familiares de base camponesa, trabalhadores rurais que moram no campo e retiram sua sobrevivência do trabalho com a terra.

Esses agricultores estão fazendo exatamente o que Lukács e Marx conceituaram como ação do homem sobre a natureza, retirando do trabalho com a terra seu sustento, modificando a terra e se modificando também; estão, enfim, numa relação metabólica com a natureza. E é exatamente neste ponto que vamos encontrar a dimensão educativa do trabalho.

O homem, ao agir no mundo, transforma o próprio mundo e se transforma. Esta atividade objetiva do homem, essa atividade transformadora da natureza, que ao mesmo tempo constrói sua subjetividade e forma seu ser enquanto homem, compreende o terreno da práxis, a práxis laborativa, isto é, o trabalho em toda a sua dimensão educativa, que conscientiza o homem do campo no próprio ato de trabalhar na e com a terra.

Os desdobramentos de todo esse processo para o grupo de agricultores de base camponesa da Fazenda Pedras Altas gerou um movimento educativo sem precedentes. Os agricultores trocam informações, aprendem uns com os outros, aprendem a se organizar, a lutar pelos seus direitos, aprendem a se relacionar com técnicos, governos, com todos os atores sociais com que entram em contato. Hoje esse grupo já ensina outros agricultores o trabalho com os orgânicos, e como lidar com as dificuldades e como superá-las. Eles têm uma enorme clareza de todo o processo que viveram, e transmitem isso em suas falas. Essa

é a dimensão educativa do trabalho com a terra.

E aqui retornamos a Lukács, quando este afirma que o trabalho é crucial ao homem e constituinte do ser social. Todo esse processo que vem ocorrendo com o grupo de agricultores da Fazenda Pedras Altas nada mais é do que a formação do ser social de cada um e do grupo através do trabalho com a terra, a transformação da natureza através do trabalho. Não podíamos deixar de retomar a visão marxiana de que o trabalho é a ação do homem sobre a natureza. Dessa forma, o homem modifica a natureza e se modifica, sendo a natureza o meio de produção e a matéria-prima da qual se extrai a vida como trabalhador

CONCLUSÕES

Partimos da ideia marxiana do trabalho como princípio educativo, que promove a conscientização e desenvolvimento do ser social; e da ideia de Lukács de que o trabalho é inerente ao ser humano. Ficou bem claro que é através da relação com a natureza que o homem se transforma e transforma a natureza.

Na perspectiva marxista do trabalho como princípio educativo está implícita a ideia de que o homem é parte da natureza e dela depende para reproduzir a vida. Os grupos de agricultores de Natividade e da Fazenda Pedras Altas retiram da terra seu sustento, dependem do trabalho com a terra para sobreviver.

É pela ação vital do trabalho que os seres humanos transformam a natureza em meios de vida. Se essa é uma condição imperativa, socializar o princípio do trabalho como produtor de valores de uso, para manter e reproduzir a vida, é crucial e educativo (FRIGOTTO, CIAVATTA, RAMOS, 2014).

Acreditamos que o trabalho opera uma mediação no processo de produzir a existência. No que se refere à dimensão ontológica do trabalho, esta representa o início da produção de conhecimentos e de cultura pelos grupos sociais.

Esses agricultores familiares, nas condições que apresentam de reprodução da base material de sua existência através do trabalho com a terra, unificados na luta pela terra e pela sobrevivência, capazes de manter as bases da reprodução biótica dos recursos natu-

rais da terra, podem ser caracterizados como agricultores familiares de base camponesa. O trabalho deles resgata o caráter agroecológico do orgânico, uma vez que utilizam práticas orgânicas no manejo do solo, praticam a reciclagem, a rotação de culturas, fazem o próprio composto utilizando esterco orgânico, trabalham com criação de animais, respeitam o equilíbrio de todo o ecossistema e trabalham com práticas originárias da sabedoria ancestral camponesa, incluindo a questão social, assim como a agroecologia. Nessas práticas agrícolas adotadas pelo grupo existe uma preocupação com a restituição dos nutrientes ao solo, que é característica da produção camponesa. As famílias são mais do que simples unidades de produção, são unidades sociais.

Fica muito claro aqui o caráter educativo do trabalho, expresso na relação metabólica que esses grupos desenvolvem com a terra, no processo de conscientização e crescimento dos grupos.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do trabalho**. São Paulo: Boitempo Editorial, 9ª reimpressão:2007.

BLOISE, Denise Martins. **Análise do processo de organização dos Agricultores da Fazenda Pedras Altas, Brejal, Petrópolis, Rj**-Um estudo de caso à luz da produção agroecológica. Tese (Doutorado em Psicossociologia de comunidades e Ecologia social), Rio de Janeiro: UFRJ, 2013.

BLOISE, Denise Martins. **As práticas agrícolas dos Agricultores Familiares Natividade e a Educação Ambiental Crítica**. Rio de Janeiro: UERJUCAM/JBRJ, 2009.

GONZÁLES DE MOLINA, Manuel e SEVILLA GUZMÁN, Eduardo. Ecología, Campesinato e Historia. Para uma Reinterpretación del Desarrollo del Capitalismo em la Agricultura. In: SEVILLA GUZMÁN, Eduardo e GONZÁLEZ DE MOLINA, Manuel (orgs.). **Ecología, Campesinato e História**. Madrid: La Piqueta, 1993.

LAKATOS, Eva Maria e MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos da metodologia científica**. 3 ed. São Paulo: Atlas, 1991.

LUKÁCS, Gyorgy. **Para uma ontologia do ser social I**. São Paulo: Boitempo Editorial:2012.
Disponível em: file:///C:/Users/Denise/Downloads/Luk%C3%A1cs%20-%20Para%20uma%20Ontologia%20do%20Ser%20Social%20(boitempo)%20(2).pdf. Acesso em: 19.02.2015

MARX, Karl. **Manuscritos econômico-filosóficos e outros textos escolhidos**. Os Pensadores (coleção). São Paulo: Nova Cultural, 4.ed: 1987.

ORGANISTA, José Henrique Carvalho. **O debate sobre a centralidade do trabalho**. São Paulo: Expressão Popular, 2006.

PLOEG, Jan Douwe Van Der. M. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

SAVIANI, Dermeval. **Da Nova LDB ao FUNDEB: por uma outra política educacional**. Campinas, SP: Autores Associados, 2ed, 2008.

SOUZA JUNIOR, Justino. Princípio educativo e emancipação social: validade do trabalho e pertinência da práxis. **33ª Reunião da ANPED**, Caxambu, 2010.

Disponível em:

<http://33reuniao.anped.org.br/33encontro/app/webroot/files/file/Trabalhos%20em%20PDF/GT09-5974--Int.pdf>Acesso em: 05 mar. 2015.

Artigo submetido em: 21/06/2019

Parecer em: 22/07/2019

Aprovado em: 03/08/2019